

MOVIMENTOS SOCIAIS: ESPAÇOS DE ORGANIZAÇÃO E LUTAS COLETIVAS

SOCIAL MOVEMENTS: ORGANIZATIONAL SPACES AND COLLECTIVE STRUGGLES

MOVIMIENTOS SOCIALES: ESPACIOS ORGANIZATIVOS Y LUCHAS COLECTIVAS

Prezados(as) leitores e leitoras, convidamos para adentrar nas discussões apresentadas no *Dossiê Movimentos Sociais e Direitos* e a se beneficiar de leituras com discussões profícuas e repletas de excelente conteúdo.

A história do Brasil, notadamente nos séculos XX e XXI¹, foi marcada por movimentos, manifestações e revoltas de cunho social que demonstram insatisfações diversas diante das desigualdades e inúmeras expressões da questão social. Tais manifestações sociais foram decisivas para a obtenção de direitos sociais, de maneira especial na Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, quando as pautas dos movimentos sociais foram categóricas para o alcance de importantes conquistas direcionadas a diferentes grupos sociais, cujos direitos deveriam ser garantidos pela Estado e materializados nas políticas públicas.

Nesse cenário de redemocratização, com a aprovação da Constituição Federal de 1988, ocorreu uma redefinição no relacionamento estabelecido entre o Estado e a sociedade, com mudança de concepção do que era considerado como carência para o que passou a ser reconhecido como direito. Esse marco histórico de inovações democráticas possibilitou estabelecer uma gestão participativa e colaborativa das políticas públicas, entre agentes governamentais e não governamentais (VENTURA, 2016)². A afirmação desse processo representou um importante espaço para que os movimentos sociais atuassem na garantia de direitos sociais, que são fundamentais para o exercício da cidadania nas áreas de educação, saúde, assistência, habitação, entre outras.

Os avanços logrados em termos de conquista de direitos, ampliaram a participação popular com ocupação de espaços decisórios, apresentação de pautas e reivindicação de direitos como forma de enfrentamento às expressões da questão social. Entretanto, as ofensivas neoliberais, de cunho conservador, com proposta de redução de gastos do Estado,

¹ Sendo que essas manifestações ainda se encontram em curso na sociedade.

² VENTURA, Tiago. Democracia e participação. Inovações democráticas e trajetória participativa no Brasil. *Cadernos EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 705-720, 2016.

têm impactado de modo contundente a sociedade, com rebaixamento e desmanche das políticas públicas de cunho social, culminando na violação de direitos sociais garantidos previamente na Constituição (OLIVEIRA, TRASPADINI, 2020)³. Assim, algumas frentes de trabalho sofreram interrupções, sem a elaboração de novas políticas públicas de impacto e de implementação massiva no país, em atendimento às necessidades da população brasileira.

Esse cenário conturbado, de avanços e recuos motiva reflexões em diferentes campos do saber, desvelando as complexidades de que se revestem a conquista e a manutenção de direitos. Por meio do *Dossiê Movimentos Sociais e Direitos*, a Revista Oikos divulga estudos e pesquisas realizadas em centros de pesquisas de diversas partes do Brasil que mostram que os espaços de discussões se encontram abertos e que novas demandas sociais exigem o comprometimento de pesquisadores(as) na importante empreitada de publicizar os desafios enfrentados pelos grupos sociais nas áreas urbanas, periféricas e comunidades rurais, cuja síntese será exposta a seguir.

No artigo *A luta por direitos das pessoas no Transtorno do Espectro Autista - TEA: uma análise sobre invisibilidade mediante a Teoria Honnethiana*, Sandra Helena da C. Campos, Thiago Florentino e Denilson Marques discutem a invisibilidade vivida pelos autistas e a ausência de reconhecimento social e jurídico, que permita a inclusão social e a efetividade plena de direitos dessa população.

O acesso da população que apresenta deficiência física para transitar de forma segura e digna nos espaços urbanos é discutido no artigo, *Acessibilidade para além das Leis: considerações sobre a realidade do Distrito Federal*. Nesse artigo, Thaís Imperatori demonstra que, mesmo diante da elaboração de Leis e Decretos, da manifestação e reivindicação de grupos sociais organizados, os deficientes físicos ainda se deparam com infraestrutura incompatível com suas necessidades, obstaculizando a utilização de equipamentos e de serviços públicos, o que configura um desrespeito aos direitos de livre circulação por essa população.

Em sequência, no artigo *Potencialidades e limites de movimentos sociais com foco em ativismo alimentar: reflexões a partir do estudo de caso do Slow Food Brasil*, Giuliana Franco Leal, Luane do Nascimento Riedmann e João Pedro Galdino Truta apresentam como o movimento Slow Food Brasil foi idealizado com a proposta de garantir a toda a população uma

³ OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira de; TRASPADINI, Roberta. Lastro conservador e capitalismo dependente: um presente recheado de passado. IN: PEREIRA, Larissa Dahmer; BARBOZA, Douglas Ribeiro. (Orgs.). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

alimentação mais saudável, sustentável e benéfica. Todavia, ainda existem dificuldades de se alcançar um engajamento mais efetivos das pessoas em relação ao movimento, além de restrições financeiras para o pleno desenvolvimento das atividades. Apesar dessas dificuldades elencadas, os autores relatam que o ativismo alimentar é promissor, devido ao amplo alcance territorial, ultrapassando até mesmo as barreiras do país, pelo fato de despertar o interesse de distintos grupos sociais com alimentação de qualidade.

Em relação aos direitos da população LGBTQIA+, Camilla Cynara Dias Barbosa e Roberta Rayza Silva de Mendonça conduzem uma discussão no âmbito político no artigo intitulado *A participação política LGBTQIA+ como caminho para assegurar direitos humanos*. As autoras refletem sobre a importância da comunidade LGBTQIA+ assumir cargos políticos, como um passo preponderante em direção a defesa de seus direitos. Discorrem que a oportunidade de ocupar estruturas de poder historicamente negadas tem sido uma grande conquista que pode conduzir a maior representatividade social, possibilitando ampliar as discussões de gênero e de orientação sexual.

A desigualdades de gênero é uma realidade presente em todas as partes do mundo, como demonstrado no artigo: *Problema de acesso à terra no Sul Global: efeitos do uso consuetudinário e da Lei da Terra na redução de acesso das mulheres às terras cultiváveis na Guiné Bissau*, escrito por Djibril Cá e Karla Maria Damiano Teixeira. Os autores mostram que nesse país, as mulheres agricultoras são excluídas ao direito de acesso à terra, enfrentando dificuldades de desenvolver a atividade nas áreas rurais e de ter independência financeira e de garantia da própria subsistência.

Por meio do artigo *Mobilização de migrantes e movimentos sociais: a construção de lutas convergentes na década de 2010*, Líria Maria Bettiol Lanza e João Ricardo Lemes trazem uma contextualização das lutas vivenciadas pelos migrantes periféricos, provenientes especialmente do Sul Global, em relação ao processo de estabelecimento no Brasil e a atuação dos movimentos sociais, revelando os enfrentamentos e os avanços experimentados pelos migrantes para se estabelecerem no país na última década.

Marco Aurélio Silva Juscelino e Júnia Marise Matos de Sousa, no artigo *Movimentos sociais: uma aproximação da realidade de Viçosa-MG*, revelam como se encontra o panorama dos movimentos sociais no município. Dentre as conclusões, ressaltam que Viçosa é um espaço que transpira movimentações e manifestações políticas organizadas desde a sua gênese, por isso, a importância de ampliações de estudos que evidenciem a relevância da atuação dos movimentos sociais e do rol de conquistas alcançadas no município.

O próximo artigo, *Território da Escola Nacional de Energia Popular em Viçosa-MG*, Renan Assis e Nelmiros Ferreira da Silva relatam os processos de articulação política e territorial estabelecidos no município Viçosense, por intermédio da composição de cinco organizações que constituíram a Escola Nacional de Energia Popular (ENEP). Nessa experiência estão imbricados os conceitos de território e territorialidade e as potencialidades advindas dessa conjunção, referente ao trabalho realizado pela ENEP.

O artigo *Atuação de uma organização da sociedade civil em um bairro marginalizado: investigando relações de poder e identidades territoriais*, de autoria de Andréia Lopes Cirino, Carlos Augusto Alves de Sousa Júnior e Luana Ferreira dos Santos, contempla uma discussão relativa ao papel preponderante das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os autores demonstram a importância do apoio das OSC às comunidades que vivenciam diversas situações de vulnerabilidade social, sobretudo, quando o Estado não atua de forma efetiva no atendimento aos direitos conferidos na Constituição Federal a todo cidadão brasileiro.

O artigo elaborado por Augusto Cesar Soares Cunha e Simone Caldas Tavares Mafra, denominado *Breve histórico de Estado e Política Social no Brasil*, apresenta um levantamento sobre os desdobramentos da política social brasileira, evidenciando alguns avanços e entraves que marcaram o seu percurso histórico, realçando como se deu a atuação do Estado nesse processo.

Por fim, no artigo *Acesso às Políticas de Assistência Social no Município de Oriximiná-PA*, André Brandão, Salete Dalt e Sidimara Souza retratam a dinâmica de trabalho desenvolvido na Amazônia Brasileira, mediante a assistência social e a obtenção de benefícios sociais, como garantia de melhor qualidade de vida da população tradicional, sobretudo, que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Um ponto de destaque no estudo apresentado é a focalização da cobertura da política de assistência social na população urbana.

Em todos os artigos é inegável a necessidade de se ater a discussão em torno da construção e implementação de políticas públicas direcionadas a diversos públicos, principalmente para a população mais vulnerável. Essas vulnerabilidades são de diversas ordens, como política, social, econômica, ambiental, educacional, territorial, geracional, racial, de gênero, entre outras.

As ausências e carências do Estado no cumprimento às inúmeras demandas da população conduzem a reflexão sobre a importância de um projeto de Estado e não somente de governo, como enfatizado por Noberto Bobbio. Em que atuação do Estado seja mais abrangente na criação de novas políticas públicas sociais e de melhorias das já existentes, mas também do estabelecimento da transversalidade e intersetorialidade, ao se privilegiar uma

maior aproximação, conexão e diálogo entre elas, para potencializar espaços mais democráticos de decisão e participação popular.

Deste modo, se vislumbra a conjunção de esforços, com a participação de entes governamentais e não governamentais, em uma atuação compartilhada entre movimentos sociais, governos e a sociedade civil, na efetivação de direitos para toda a população.

Espero que a leitura dos artigos seja prazerosa e que motive novas reflexões sobre o instigante tema dos Movimentos Sociais e Direitos.

Palloma Rosa Ferreira⁴

⁴ Gestora de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Extensão Rural/UFV. Doutora em Economia Doméstica/UFV. Supervisora do Observatório da Violência contra a Mulher/Casa das Mulheres. E-mail: palloma.rosa.ferreira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7523-4731>